



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XL — Nº 151

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 12 DE NOVEMBRO DE 1985

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 352ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1985

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Apoio que vem sendo dispensado pelo Governo da Nova República ao setor de saúde.

DEPUTADO RAUL BERNARDO — Homenagem de pesar pelo falecimento do Deputado João Batista Castejon Branco.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Entrevista concedida pelo Sr. Delfim Netto ao jornal *Correio Braziliense*, na qual tece considerações sobre o pleito de 15 de novembro, na capital do Estado de São Paulo. Preconizando a imediata construção da segunda linha de transmissão da Hidrelétrica de Tucuruí até Vila do Conde, em Barcarena-PA.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Inclusão, em regime de urgência, de matéria que especifica.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 88, de 1985, que dá nova redação ao parágrafo terceiro do artigo 72 da Constituição Federal.

1.3.2 — Designação de Comissão Mista

1.3.3 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 50 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 353ª SESSÃO CONJUNTA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 1985

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO FRANCISCO AMARAL — Solidariedade de S. Ex^a à Professora Dalva Souto Mayor.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — Defesa da aprovação de Projeto de Lei de autoria de S. Ex^a, que menciona. Repúdio a filme que trata da vida de Nossa Senhora.

DEPUTADO JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS, como Líder — Considerações sobre possíveis irregularidades que estariam ocorrendo no IBDF. Notícia veiculada na imprensa sob o título *Corrupção*.

DEPUTADO RAUL BERNARDO, como Líder — Telegramas recebidos por S. Ex^a, relatando episódios políticos ocorridos ultimamente em São Luís-MA.

DEPUTADO ROBERTO JEFFERSON, como Líder — Críticas a declarações atribuídas ao Senador Fernando Henrique Cardoso, candidato à Prefeitura Municipal de São Paulo.

2.2.2 — Comunicação da Liderança do PFL no Senado Federal

— De substituição de membro em comissão mista.

2.2.3 — Comunicações da Presidência

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

— Inexistência de quorum para o prosseguimento da sessão.

2.3 — ENCERRAMENTO

Ata da 352ª Sessão Conjunta, em 16 de outubro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 18 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SEGUINTE SRS. SENADORES:

— Eunice Michiles — Galvão Modesto — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — João Lobo — Cesar Cais — José Lins — Marcondes Gadelha — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Lourival Baptista — Lomanto Júnior — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS DEPUTADOS:

Acre

José Melo — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jorge Arbage — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Eurico Ribeiro — PDS.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

LOURIVAL ZAGONEL DOS SANTOS

Diretor-Geral do Senado Federal

JOSÉ LUCENA DANTAS

Diretor Executivo

JOÃO DE MORAIS SILVA

Diretor Administrativo

MÁRIO CÉSAR PINHEIRO MAIA

Diretor Industrial

PEDRO ALVES RIBEIRO

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 3.000,00

Ano Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares.

Piauí

Celso Barros — PFL.

Ceará

Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PFL; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Edme Tavares — PFL.

Pernambuco

Antonio Farias — PDS; Egidio Ferreira Lima — PMDB; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Jostas Leite — PDS.

Alagoas

Albérico Cordeiro — PDS.

Sergipe

Batalha Góis — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamim — PFL; Francisco Pinto — PMDB; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PFL; Mário Lima — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Celso Pecanha — PFL; Dado Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; JG de Araújo Jorge — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Accio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Homero Santos — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Oswaldo Murta — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Diogo Nomura — PFL; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Irapuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB.

Rio Grande do Sul

João Gilberto — PMDB; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Minearone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 16 Srs. Senadores e 82 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado, Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o setor de saúde, nos últimos vinte anos, não vinha tendo a conveniente atenção do Governo Federal, desprovido de recursos o respectivo Ministério, por isso mesmo condenado à inação, por mais interesse e descortino que revelasse o titular da Pasta.

Agora, segundo as prioridades estabelecidas pelo Governo da Nova República, vem-se emprestando maior ênfase ao cuidado devido à área social, tanto propiciando-lhe substanciais aumentos de recursos para aplicação imediata, como o maior apoio político ao setor saúde exercido por todo o Governo, suscitando otimismo e esperança quanto à realização de ações eficazes no atendimento sanitário.

Em recente correspondência encaminhada aos parlamentares, dando-lhes satisfações a respeito do seu desempenho, o Deputado Carlos Sant'Anna, titular da Pasta, assinala

“No caso do Ministério da Saúde, temos tido a oportunidade de, reiteradamente, expressar o desejo de que as opções de saúde sejam executadas de forma integrada, visando a promover, da forma mais acentuada possível, uma ação eficaz a nível do trata-

mento global de todos os problemas da área de atuação do Ministério”

Por outro lado, os programas se caracterizam pelo maior nível de abrangência, para universalizar o resultado dos projetos, enquanto se busca descentralizar as ações do Ministério a nível de Município, a fim de fortalecer as estruturas dos governos municipais, obtendo resultados mais consentâneos com as necessidades específicas das comunidades interessadas.

Para o cumprimento de tais objetivos, o Ministério institucionalizou as “Normas e Atribuições para Execução do Programa de Suplementação Alimentar — PSA,” cujo significado e eficácia serão ampliados, com vistas ao pleno desenvolvimento das instituições e ao melhor atendimento às condições de bem-estar da comunidade.

Esse programa define os serviços, locais de execução, dimensionamento, beneficiários, coordenação e competência a níveis federal e estadual, gerência executiva estadual, coordenação e gerência executiva municipal.

Trata-se de um programa elaborado dentro das melhores normas de planejamento, capaz de levar a ação do Ministério da Saúde a todos os Municípios brasileiros, propiciando assistência sanitária às mais longínquas comunidades.

Congratulamo-nos com o Ministro Carlos Sant'Anna por esse excelente desempenho.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

No início da sessão da Câmara dos Deputados, neste mesmo plenário, hoje, requeri ao Presidente da sessão a suspensão daquela reunião em virtude do falecimento, ocorrido ontem, em Belo Horizonte, do nobre Deputado João Batista Castejon Branco.

Sr. Presidente, cumpri esse doloroso dever de participar o falecimento do nosso companheiro Castejon Branco, integrante da bancada mineira nesta Casa desde a Legislatura que se iniciou em 1979, e falei, naquela oportunidade, em nome da bancada mineira do PDS com assento na Câmara dos Deputados, o que faço agora, nesta sessão do Congresso Nacional, para igualmente manifestar o nosso profundo pesar pela morte de Castejon Branco.

De minha parte, como admirador do homem bom e humanista que era ele, fico por demais contristado, muito embora reconheça que devemos todos submeter-nos com humildade aos desígnios de Deus.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, Castejon Branco foi funcionário do Senado Federal e foi também jornalista. Nasceu a 23 de março de 1919, na sua querida Monte Santo de Minas, em Minas Gerais. Era filho de Diomar Branco e Maria Castejon Branco. Foi Chefe de Gabinete

do Governador de Brasília; Superintendente da Fundação Cultural do Distrito Federal; Diretor da CARPE no Governo Aurélio Chaves, em Minas Gerais. Foi membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas e Suplente da Comissão de Saúde (1979-1983) nesta Casa; foi também Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as causas e consequências da desnutrição das populações de baixa renda; membro da Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a distorção na comercialização do café, promovida pela Câmara dos Deputados. Como missões no exterior, atuou como Secretário da Delegação do Senado Federal à Conferência Interparlamentar em Viena, Áustria. Foi, igualmente, membro da Delegação do Brasil às Assembleias das Nações Unidas, em 1959, 1961 e 1965.

Em sessão próxima da Câmara dos Deputados, durante o horário do Grande Expediente, estou certo de que não somente todos os Deputados com assento naquela Casa como outros Parlamentares terão oportunidade melhor de prestar as homenagens devidas ao nosso saudoso colega Castejon Branco.

Sr. Presidente, termino com as mesmas palavras com que encerrei minha oração hoje, durante a sessão da Câmara dos Deputados: que a alma de Castejon Branco possa colher os frutos da grande seara de amor e trabalho por ele realizada na terra... E que encontre nos páramos celestiais o caminho do seu destino maior.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente:

Em primeiro lugar peço a V. Exª que permita a transcrição, nos Anais do Congresso Nacional, da entrevista do ex-Ministro Delfim Netto ao jornal *Correio Brasileiro*, edição de hoje, na qual ele antecipa a vitória do Sr. Jânio Quadros em São Paulo.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, quando o Presidente José Sarney inaugura uma obra da magnitude da fábrica de alumina da Albrás, no município paraense de Barcarena, deve perceber o exagero e a inconsistência das críticas que ainda continuam a fazer os seus correligionários aos Governos da Revolução, a que serviu exemplarmente, do primeiro ao último.

Evidentemente, o atual Governo não terá oportunidade de deixar para o seu sucessor uma realização como aquela, que envolveu nas mesmas esperanças os brasileiros e os japoneses, num projeto de um bilhão e trezentos milhões de dólares, a fim de possibilitar que a bauxita da Amazônia se transforme em alumina, para fechar-se o ciclo da produção do alumínio.

Infelizmente, nem o Presidente da República nem o Ministro Aurélio Chaves, ninguém do Governo atual assegurou qualquer garantia de recursos à Eletronorte para a construção da segunda linha de transmissão da Hidrelétrica de Tucuruí até Vila do Conde, em Barcarena, obra indispensável para a execução da segunda etapa daquela fábrica, cuja produção total, de trezentos e vinte mil toneladas/ano, seria alcançada em 1989.

Felizmente, o Governo anterior deixou praticamente ultimado o porto de Vila do Conde, por onde será escoado o alumínio produzido pela Albrás, tendo como principal consumidor o Japão, através de Nippon Aluminium Amazon Company.

A queda internacional dos preços do alumínio em 1983 lentificou o ritmo da construção da fábrica, passando a exigir dos sócios mais seiscentos milhões de dólares de investimentos.

Se Tucuruí foi construída para permitir indústrias desse porte — como declarou o Presidente da República — não podem faltar os recursos para completar o projeto, a fim de que não tenhamos de exportar a bauxita *in natura*, com grave dano para a economia nacional, ou processá-la em outro Estado, com severa perda para o Estado do Pará, ou, finalmente, tenhamos paralisada a produção, importando alumina do exterior, com uma evasão de divisas da ordem de setenta milhões de dólares por ano.

Além disso, a finalização daquela obra significará uma arma eficiente no combate à recessão e ao desemprego, que são, atualmente, os maiores inimigos do nosso desenvolvimento.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

ENTREVISTA REFERIDA PELO ORADOR

DELFIN ANTECIPA A VITÓRIA DE JÂNIO EM SÃO PAULO

E diz que ex-Presidente terá margem de 130 votos para cada 100 obtidos por Fernando Henrique

Hamilton Almeida Filho
Da Sucursal

São Paulo — “Estou convencido de que Jânio Quadros vai ganhar em São Paulo. Vou-lhes dizer mais: para cada 100 votos do Sr. Fernando Henrique, Jânio Quadros vai ter 120, 130 votos!”

O Professor Antônio Delfim Netto, que por quase 15 anos, ao longo de três dos cinco governos militares, comandou a economia brasileira, não tem medo de errar em sua última profecia numerológica. Em seu escritório de assessoria — Idéias —, no 16º andar do Top Center, na Avenida Paulista, nos últimos meses, ele foi a peça vital da campanha janista, que agora ele afirma ser a vitoriosa das urnas da próxima sexta-feira, 15 de novembro.

Desencarnado do poder, mas mantendo o mesmo drive de operador político que lhe garantiu na Velha República o papel de ministro mais forte de quantos tenham desfilado no antigo regime, Delfim Netto ressurge na cena brasileira exatamente no papel que lhe foi legado pelo Dr. Tancredo Neves: o de líder da oposição responsável à Nova República.

Um papel que ele recusa — mas aceita na prática — é que lhe caiu como uma luva. Engajado na campanha do ex-Presidente Jânio Quadros desde que deixou a SEPLAN, em 15 de março último, Delfim se tornou ao longo desses oito meses no mais contundente adversário do PMDB — o partido que tomou o poder de seu combalido PDS. Operando através do PTB — onde sempre deixou um pé — e alçando-se ao velho janismo que conhece desde sua infância no Cambucy — tradicional bairro de imigrantes italianos como seus avós — onde nasceu e cresceu. Pelo menos uma vitória ele já degusta com prazer: seja qual for o resultado das urnas, o PMDB deverá sair da batalha de São Paulo um tanto quanto amassado. Mesmo que vença Fernando Henrique, no papel da Nova República.

Nessa entrevista, Delfim Netto se mostra de corpo e alma oposicionista. Como um peso-pesado que defere seus golpes mais fortes ao sentir que a luta está no fim, à procura do nocaute.

Denuncia o uso do poder (“eles estão fazendo o que pensavam que a gente fazia”) e bate forte no Governador Franco Montoro, em especial. Como também ataca aqueles que tentam enfrentá-lo com o rótulo de “reacionário”, de direita. Ele assume e lança o seu partido novo:

— Isso é um truque onde tem alguma eficácia semântica, porque algumas pessoas se intimidam com o fato de estarem sendo chamadas de reacionárias. Então é preciso que nós não tenhamos medo de assumir a nossa posição. Eu acho que o Brasil precisa de um partido da ordem e progresso. É isto que está na nossa bandeira. Fiquem com o verde-e-amarelo e nós vamos ter que ficar com a ordem e o progresso.

Quase passional, Delfim não faz o PMDB por menos:

— Eles pretendem que são de esquerda. Não são nada. Eles são fascistas. O PMDB no poder é de uma disposição autoritária terrível. Fascista mesmo.

O tom de opositor mais responsável, Delfim guarda apenas para sua análise do Governo Sarney cujo discurso na TV na última semana ele viu assim:

— A mim me parece que foi muito bom. Talvez um exagerozinho aqui ou ali, mas que não compromete a sua estrutura otimista e na minha opinião realista.

A seguir a entrevista de Delfim Netto ao *Correio Brasileiro*:

— Como o Sr. está vendo a situação política nacional às vésperas dessa eleição?

— Eu acho que de fato não temos uma estrutura sólida partidária no Brasil. Os partidos têm uma representação muito pequena. São grandes mas não têm um conjunto de idéias que representem. No geral são grandes quantitativamente mas pequenos qualitativamente. Eu suspeito que essa eleição vai acabar conduzindo a uma reorganização partidária importante, absolutamente necessária. Você precisa realmente da eleição distrital e precisa discutir isso em todos os níveis. Se você tiver feito

isso em duas, três ou quatro eleições você caminhará para um sistema sólido e partidário, e com esse sistema você terá uma democracia estável e definitiva.

— Esse foi um ano marcado por impasses no Congresso que causaram grandes preocupações. O sr. acredita que a base política brasileira está desorganizada e isso está influenciando nos trabalhos do Congresso Nacional?

— Eu não acredito nisso. O Congresso tem os seus desejos, tem suas vontades, tem seus interesses. É natural que se essas vontades, esses interesses são contrariados eles defendem seu ponto de vista.

— A campanha da prefeitura de São Paulo trouxe o sr. até para out-door de rua, de volta à cena, mesmo sem estar disputando nada...

— O que eu acho é o seguinte: isso só demonstra o que é o democrata no poder. Essa campanha que nós estamos tendo aqui em São Paulo demonstra realmente a intransigência, a ferocidade do PMDB no poder.

O PMDB no poder é de uma disposição autoritária terrível. Fascista mesmo. Eles pretendem que são de esquerda. Não são nada. Eles são fascistas.

Você veja o que aconteceu com o dr. Olavo Setúbal. O dr. Olavo que afinal de contas é um homem de dignidade, um indivíduo certamente de grande qualidade. Enquanto o dr. Olavo estava neutro, o PMDB dizia que ele era um grande líder, era um grande banqueiro, era um grande chanceler, era um homem confiável. Tão logo ele escolheu Jânio Quadros se diz que o dr. Olavo é um banqueiro entre aspas, que ele não serve, que ele é um direitista.

Isso me leva a dar grandes gargalhadas. O que há de mais reacionário do que o Partido Comunista? Ser comunista, além de ser uma burrice, é cafonice, é antigo, é de um ridículo mortal.

Um comunista velho é uma das coisas mais tristes de se olhar. Um sujeito como esse que ousa falar em democracia, que fica aí pregando da democracia em nome do Partido Comunista, tem que ser objeto do riso nacional.

No entanto eles imaginam que sejam a vanguarda porque eles se supõem que são de esquerda, e tudo aquilo que está do lado esquerdo é pra frente, é uma coisa nova. Os socialistas que estão aí ignoram o fato elementar de que Marx foi um grande autoritário.

O marxismo se nega na sua realização cada vez que toma o poder. E se nega porque o discurso não tem nada a ver com a realidade. O discurso é libertário, e a realidade é opressiva.

O marxismo é um sistema opressor por quê? Por uma razão elementar. Ele é tão opressor como a Igreja católica porque eles creem que têm uma visão privilegiada do mundo. Logo, se eu tenho a verdade, todo homem que está contra mim, não é só meu inimigo, ele é inimigo da humanidade. É baseado nesse princípio que eu posso internar o sujeito numa casa de loucos.

Essa tentativa de rotular, esse negócio de marcar as pessoas, isso é um reacionário. Agora eles se apropriaram do verde-e-amarelo.

— Mas a candidatura Jânio é de direita, não é?

— Isso vem da facilidade com que você, nesse País, classifica as coisas. Obviamente, se existe um ponto de referência, eu posso identificar qualquer coisa como à direita ou à esquerda com relação a esse ponto de referência. Um truque que tem alguma eficácia semântica, porque algumas pessoas se intimidam com o fato de estarem sendo chamadas de reacionárias.

Eu não posso ser um conservador porque é uma coisa grave, e ignora o fato de que quem fez todo o progresso foram as pessoas que sabem que o progresso não dá salto. Ele se faz todo dia, trabalhando cedinho, levantando às 5h30 min. da manhã e indo dormir às 11 horas 30 min. da noite, e trabalhando todo dia naquela direção. E mesmo fazendo coisas que parecem feias, como dizendo que o salário não pode crescer mais que a produtividade; que é preciso plantar para colher; que não existe lago azul. O progresso no mundo inteiro foi feito por essa gente, nunca foi feito com golpes espetaculares. O progresso foi feito por aqueles que trabalham, aqueles que têm uma noção do mundo funciona. Se pode mudar as instituições se o mundo continua funcionando dentro de novas instituições e volta valer a mesma lei: só o trabalho constrói. Só a poupança é capaz de financiar

o desenvolvimento. Isso vale em todo lugar. Vale no Brasil, na União Soviética, nos Estados Unidos, nos países africanos, nos países asiáticos. Quando a pessoa fica revoltada contra essa realidade elementar ela não produz o desenvolvimento, ela produz algum aquecimento, mas nenhuma luz. Produz atrapalhado.

Quando o Sr. situa "fiquem eles", uma coisa é certa: o Sr. é oposição ao PMDB?

— Sobre isso não há a menor dúvida. Eu acho que o PMDB foi um processo de enganar o povo. Tudo começou com as campanhas das diretas, e não deu as diretas. Tudo que ele prometeu não cumpriu. Tudo que ele fez não produziu, e na minha opinião não tem nada de brilhante no PMDB. Tem um megatério como esse ministro da Justiça. Você imagina que ele pretende que seja um progressista.

— E como o Sr. vê esse pessoal da ordem e progresso? O Sr. vê isso como um futuro partido?

— Basta olhar São Paulo. Eu estou convencido que o Jânio Quadros vai ganhar.

Vou lhe dizer mais, eu acho que para cada 100 votos do Sr. Fernando Henrique, Jânio vai ter 120, 130 votos.

Mas o que o PMDB pretende? Pretende que quem não vota com ele não está esclarecido. Basta ver o tipo de comportamento que ele tem tido com o PT, que é um partido que está tentando se afirmar, que tem uma ideologia própria, com a qual eu não concordo mas está tentando se afirmar.

Eles têm a atitude típica do autoritário. Eu sou o bom, portanto cacete no povo. O que me parece importante é compreender isso. Eles estão com uma visão tão ridícula que pretendem que seja a única visão correta do mundo. Faz muito bem o PT quando ele diz que isso é uma coisa idiota. Cada vez que o PMDB se sentir ameaçado, eles vão dizer que o culpado é o PT, porque esse povo do PT me pertence, ele foi roubado de mim pelo Lula. Eles não compreendem o ridículo que eles estão metido porque eles não se assistem. O que está acontecendo em São Paulo é um ato criminoso. Não passa 15 minutos em nenhuma estação de rádio ou televisão em que não tenha dois ou três anúncios do governador Montoro falando as maiores barbaridades. Ele é o maior especialista em barbaridade. Ontem eu assisti ele dizer o seguinte: "Que seus sacolões estão atendendo a sete milhões de pessoas". O governador não sabe o que é um milhão. Ele pensa que milhão é mil. Tem que explicar para ele que milhão tem seis zeros, não tem três zeros!

— Como o Sr. vê a campanha na reta final?

— O PMDB está sofrendo um desgaste. Não podemos ter dúvidas de que está tendo um governo desastroso administrativamente. Um desastre.

O povo tem muito mais consciência desses fatos. O povo sabe que quando o Montoro aparece nos quatro ou cinco canais de televisão de 15 em 15 minutos ele é que está pagando, ele tem consciência disso. Eles partem da hipótese de que eles são donos do povo e que, portanto, eles controlam a mente do povo. Ele é o "grande irmão", ele está o tempo todo na televisão como em "1984".

Se isto fosse um país organizado, essa propaganda desenfreada que se lançou o governo do Estado, agora teria alguma consequência mais séria. No fundo ele quer repetir "o grande irmão", ele está vigilante, ele está nos olhando o tempo todo vestido de agricultor, vestido de metroviário, vestido de policial, dizendo o tempo todo: "Eu fiz isso, eu abri uma torneira, prestem atenção eu abri uma torneira". A Sabesp agora mudou o seu logotipo portanto, anúncio da Sabesp neles, e o tempo todo na televisão. A televisão que faz propaganda da Cosp, da Congas, que faz propaganda de todas as instituições do governo que não tem competição nenhuma.

— O Sr. acredita que Montoro seja o fator decisivo para a possível eleição de Jânio?

— Não. O desastre administrativo não. O Jânio realmente representa uma inspiração, de um governo decente, trabalhador, eficaz, menos conversador.

— O Sr. é uma pessoa que se definiu logo no início desse ano sobre o Jânio, quando Jânio se lançou candidato o Sr. já se definiu logo por quê? O que o Sr. vê de seriedade na eleição dele?

— Eu gostaria de esclarecer aqui o seguinte: Eu conheço o Jânio há muitos anos e tenho poucas relações com ele, ao contrário do que dizem, quando ele diz que não me vê há seis meses é verdade. Eu acho o seguinte: Ele realmente sempre foi um ótimo administrador, ele sempre deixou no seu lugar um administrador melhor do que ele e de forma que quando começaram a se definir, eu achei que ele era um bom candidato. Não tenho maior responsabilidade na sua eleição apesar de tudo o que dizem. Mesmo porque qualquer pessoa acredita que o Montoro pode mandar no Fernando Henrique. Agora, ninguém nesse País acredita que alguém possa mandar no Jânio. O Jânio é o Jânio, com todas suas virtudes, com os seus defeitos, ele é o Jânio. Não existe ninguém capaz de influenciar no Sr. Jânio.

— Como está organizada a campanha de Jânio?

— Na verdade não existe sequer campanha do Jânio. Os out-doors que aparecem por aí, são feitos por amigos do Jânio e nem se quer consultam o Jânio. Frequentemente eles são surpreendidos. Os out-doors estão aí e ninguém sabe quem pagou e publicou. É uma campanha do Fernando Henrique.

São Paulo está sendo oprimida, São Paulo está sendo esmagada pelo peso do papelório, do impresso do Governo do Estado, pela fortuna que estão pagando às empresas de publicidade, pelo gasto espantoso. Um carnaval de desperdício. E o povo sabe que quem está pagando é ele. O sujeito está pendurado no ônibus e quando ele passa naquele out-door do Fernando Henrique, ele sabe que um pedacinho daquele out-door é dele. Sabe que aqueles cartazes que eles puseram nos muros e que aquela propaganda que ele está vendo na televisão, é a segurança que ele não tem.

O Sr. arriscaria uma comparação de custo da campanha do Fernando Henrique com o custo da campanha de Jânio Quadros?

Eu não sei, mas qualquer sujeito pode ver aí na rua. Mas deve ser coisa de 50 para um no mínimo.

Uma proporção dessas...

Não tem nem dúvida. O apelo às prefeituras do interior é outra coisa, escandalosa. Ele acha que o sujeito da prefeitura do PMDB, o sujeito que está sofrendo a administração desastrosa do PMDB e que está vendo seu carro vir para São Paulo, para fazer propaganda do Sr. Fernando Henrique, que está vendo sua funcionária vir para cá, ele, este sujeito, sabe que está pagando tudo isso.

Dizem que o Sr. tem repetido uma frase: "Eles estão fazendo no poder o que pensam o que nos fazíamos".

Isso é verdade. Essa frase é minha. Não sei se é minha, eu posso ter ouvido de alguém. Mas é verdade que eles estão fazendo hoje o que eles pensam que nós fazíamos.

Outra frase também tida como do Sr. é "a vitória de Jânio a nível de reestruturação política nacional zeraria o Brasil de novo, algo parecido com a criação da Nova República".

Essa não. O que eu acho é o seguinte: A vitória de Jânio simplesmente moderará o apetite do PMDB. Vai ser uma grande lição para o PMDB. Ele voltará à guerra. Vai verificar o seguinte: Que o povo precisa ser entendido, o povo tem que ser compreendido.

O Sr. acredita que uma vitória de Jânio faria o PMDB sofrer um ajustamento?

Sem dúvida, vai ter um ataque de realidade.

E o Sr. realmente é candidato e deputado Constituinte?

Eu sou candidato. Certamente pretendo ser candidato na Constituinte e espero estar lá.

O falecido presidente Tancredo Neves, nomeou o Sr. líder da oposição consequentemente à Nova República...

Eu acho que o Dr. Tancredo de vez em quando gostava de brincar. Você não pode levar essa coisa muito a sério. Eu acho o seguinte: A oposição não é oposição ao Governo. A oposição tem que ser as políticas do Governo, a oposição tem como papel tentar corrigir o eventual ao Governo, o Governo que está eventualmente no po-

der. Ela não tem como objetivo dificultar a vida do Governo. Ela tem como objetivo induzir o Governo a agir corretamente. Seria absurdo imaginar que se deve fazer uma oposição às coisas que são corretas, fazer oposição à nação brasileira. Nós estamos fazendo oposição a quem eventualmente está no poder. Tem que ser tudo a favor da nação brasileira. Era isso que o PMDB nunca entendeu. Também aqui vai aprender.

A campanha de São Paulo, de um certo momento em diante, baixou o nível. Quer dizer, falam que vão indiciá-lo em coisas, já sem ameaças...

Eu acho que isso é uma coisa absurda num processo inteiramente estúpido. Estão transformando uma questão simples. Uma questão política. Isso é produto realmente da pequena visão do Ministério da Justiça. Não vão me intimidar. Façam o que quiser eu vou me defender. Não tenho nada, não tenho coisa nenhuma a ocultar é uma acusação ridícula. De forma que é uma decisão deles.

Evidente é um ato puramente político. Basta ver a forma pela qual as notícias migram. São informações de "boca pequena". Ficam espalhando na imprensa isso ou aquilo, quando eu tenho todos os instrumentos para agir. Eu tenho confiança no que fiz e a tranquilidade do que fiz. Mais do que isso: eu acho que isso não é uma forma legítima de fazer política. É uma forma espúria. Eu acho que a justiça corrigirá isso.

O que o Sr. achou do balanço feito pelo Presidente Sarney, esta semana pela televisão? O Sr. concorda com a análise do Presidente?

Eu achei o discurso bom. Muitíssimo bom sobre alguns pontos de vista. Em primeiro lugar, foi um discurso otimista. Eu acho que há razões para o otimismo, a economia já vinha se recuperando, consagrou-se nessa recuperação. Eu acho que é muito bom o Presidente, ele mesmo, se empenhar em transmitir à sociedade essa recuperação. Em segundo lugar, eu acho que foram abordados alguns pontos extremamente importantes como a continuação do crescimento industrial: o crescimento industrial não é novo, começou em meados do ano passado, já no Governo Figueiredo, veio se firmando solidamente. Nós estamos agora no quinto trimestre do crescimento e é muito bom que isso seja dito à sociedade.

Em terceiro lugar, eu acho também que é muito importante que o Presidente tivesse dito que o que se apregoava não aconteceu. Dizia-se que a inflação ia explodir, que o Governo Figueiredo havia deixado várias armadilhas inflacionárias. Ficou provado que nada disso era verdade, que o Governo cumpriu o seu papel até o fim, e é muito confortador verificar que o Governo está aproveitando essas oportunidades e aprofundando a sua política na direção correta. A mim parece, portanto que foi muito bom o discurso. Talvez um exagerozinho aqui ou ali, mas que não compromete a estrutura otimista e na minha opinião realista.

O Sr. não vê nenhum momento de intranquilidade no projeto econômico que está instalado agora?

Eu diria o seguinte. O Governo Figueiredo fez todos os ajustes que deveriam ter sido feitos. Nós realmente produzimos o maior ajuste que a economia ocidental conheceu.

Vimos de um déficit de contas correntes de 12 bilhões de dólares que praticamente zeramos esse déficit. Vimos de déficit em balanço comercial e fomos a um superávit de 12 bilhões de dólares o Governo atual está mantendo. E durante um ano e meio tivemos uma política extremamente dura, que foi a política de ajuste.

Essa política foi extremamente bem-sucedida. É um fato óbvio hoje quando se olha para o passado. Ela teve um custo, mas foi extremamente bem-sucedida. Eu diria mesmo que nós pagamos o menor custo para fazer esse ajuste enorme. Sem dúvida houve desemprego. Não por vontade do Governo, mas, porque a recessão é o instrumento. É uma consequência da política adotada para produzir o ajuste.

Basta pensar que houve recessão em todos os países do mundo. Houve recessão na Argentina, no Chile, na Venezuela, no México, na França, na Itália, nos Estados

Unidos, na Suécia, na Inglaterra e seria ridículo pretender que o Brasil pudesse fazer o acerto simplesmente desajando esse acerto.

Aliás, diga-se de passagem, nenhum país produziu o ajuste da dimensão do ajuste brasileiro. Esse ajuste foi a preparação da volta ao desenvolvimento equilibrado, da volta do desenvolvimento sem problemas de balanço de pagamento, coisa que o Governo está fazendo hoje.

Teria sido esse ajuste Ministro, que nos livrou de um tratamento mais de choque como a Argentina teve que ter recentemente?

Sem dúvida esse ajuste contribuiu muito para que nós pudéssemos ter uma continuidade sem um trauma maior. Sobrou ainda o ajuste interno. Esse não foi realizado. Este tem que ser realizado por esse Governo. Esta é a dificuldade que eu vejo, um dos ajustes foi feito, mas falta outro ainda a ser feito.

O que é principal nesse ajuste interno?

Para um ajuste interno eu acho que o principal é você reduzir o déficit do Governo. Reduzir o déficit do Governo porque o déficit provoca, ou crescimento muito rápido da dívida, ou uma emissão de moeda que vai acabar também criando problemas complicados no futuro. Não é demais acrescentar que um pedaço desse déficit do Governo é a contrapartida de fatos que estão acontecendo na economia nacional.

Quando você aumenta o salário real muito acima do nível de produtividade, você tem consequências inflacionárias e alguém paga essa diferença e quem está pagando essa diferença hoje é certamente o Governo através de um ajustamento menor dos seus preços. Quando tentar reajustar esses preços vai encontrar algumas dificuldades. É importante compreender que esse é um fato difícil de ser enfrentado, porque a sociedade está com aspirações legítimas, mas que pretende realizar com muita rapidez.

Nesse caso a história se repetiria? O Sr. enfrentou a batalha do problema salarial, da relação salário x inflação. Parece que nesse momento enfrenta-se o mesmo drama com a trimestralidade. Salário é inflacionário ou não?

Já não há mais dúvida sobre o fato de que o salário acima da produtividade é inflacionário. Os economistas do PMDB aprenderam isso com rapidez, fizeram um cursinho de aperfeiçoamento de seis meses e hoje todos eles defendem fervorosamente essa ideia e nós temos que apoiá-los. Isso é uma verdade, não adianta querer negar isso. Desse ponto de vista, é que um entendimento social, um entendimento nacional que moderasse algumas aspirações, conciliasse essas aspirações com possibilidades de expansão da economia brasileira, seria desejável.

A economia brasileira já aprendeu a conviver com essa inflação de 200 por cento?

O que eu acho que aconteceu com a economia brasileira é um fato curioso. A taxa de juros elevada produzia um resultado que se esperava dela. As empresas brasileiras se ajustaram. As empresas privadas brasileiras encuraram os seus custos, comeram todas as gorduras. Quem tinha três secretárias ficou com uma. Quem tinha oito filiais no exterior ficou com duas.

Todo mundo procurou reduzir os seus custos, porque não havia alternativa para o setor privado. Ou reduzia os custos ou quebrava. Então, as empresas privadas brasileiras são hoje empresas extremamente capitalizadas, não dependem da taxa, dependem muito menos do crédito bancário.

São hoje elas que financiam o déficit público através das operações de mercado aberto. Os bancos praticamente perderam sua função de emprestadores ao setor privado, eles são meros transferidores de recursos do setor privado para o setor público.

Onde a taxa de juros não produzia o efeito necessário, desejado, foi nas empresas públicas. As empresas públicas, sabendo que não quebram, simplesmente não racionalizaram as suas atividades.

E elas não tiveram que cortar secretárias...

Elas não cortaram secretárias, não cortaram seus gastos inúteis, não cortaram suas agências no exterior, continuaram empregando gente, continuaram criando facilidades, continuaram primeiro gastando nas acomodações depois na produção.

Eu lutei violentamente contra as empresas estatais e fui derrotado. A verdade é que o Congresso derrotou o

Governo Figueiredo duas vezes na sua tentativa de pôr um pouco mais de ordem nas empresas estatais. Espero que o Governo Sarney tenha sorte.

O Sr. acredita que existam empresários capazes de absorver algumas empresas estatais? As que são mais viáveis, as boas?

Não vamos ter ilusões. Não existem boas empresas estatais. Existem empresas estatais. As boas empresas estatais não têm nenhum problema.

Você pega uma Vale do Rio Doce, é uma empresa administrada com a mesma eficiência que é administrada as empresas nacionais. É uma empresa onde não se coloca o problema de nacionalizar ou desnacionalizar.

Uma empresa dessas produz grandes lucros, gera um excedente extraordinário, faz investimentos e honra seus compromissos. Tem uma política salarial ajustada e até muito dura. Então você não precisa ter 51 por cento do capital da Vale do Rio Doce. Qualquer organização com 20 por cento do capital votante tem o controle total da empresa, desde que as ações estejam devidamente distribuídas no mercado. Aqui você tem uma ampla margem de operação.

É o caso, já um pouco sujeito realmente a um tipo de administração mais política da Petrobrás. Mas não são empresas que vão comover o setor privado. Na minha opinião o que poderia interessar são empresas típicas do setor privado. Mas também aqui você encontra resistência dentro do BNDES. Cada vez que você vende uma empresa do BNDES ele perde o poder. As pessoas perdem suas colocações. O diretor perde suas vantagens, é preciso, portanto, enfrentar essas dificuldades.

Como o saldo das negociações atuais da dívida externa, teríamos, nessa altura, "politicizado" a discussão da dívida. O que é isso? E que vantagens trariam?

Eu não sei. Eu acho de novo que você tem uma diferença entre o discurso e os fatos. Os fatos são exatamente os que eram. Uma coisa é certa: a visita do Presidente Sarney à ONU, assim como foi a do Presidente Figueiredo, ajudaram a criar uma consciência de que os países que estão trabalhando, que estão reajustando sua economia merece a oportunidade de fazê-lo sem custos excessivos. Essa é uma campanha que tem sido feita ao longo de anos.

A minha convicção é que o banqueiro é um bicho extremamente gelado. Por isso ele sabe que é melhor um devedor vivo do que um devedor morto. O que o banqueiro procura fazer é sempre criar as condições para que seu devedor seja mais forte e capaz de transformar a sua dívida, superar a liquidação. Quando isso acontece, o banqueiro nem quer mais receber a dívida. Ele quer continuar credor. Então a minha convicção é essa. Por maior que possa parecer as divergências verbais entre devedores e credores, o credor não é imbecil. O credor quer que o devedor seja forte. Por isso eu acho que a gente tem que confiar, tem que esperar para ver as coisas caminharem. Não vejo aí, honestamente, o problema maior.

O Sr. não está com uma visão até certo ponto complacente de tudo o que está acontecendo? Não está sendo generoso no uso do estilingue?

O que eu imagino é o seguinte. Não há nada equivocada neste momento. Existe talvez uma coisa só. Estão excitando o crescimento do mercado interno sem expandir as exportações. Isto tem vida curta, mas até chegar lá não adianta ficar falando.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Não há mais oradores inscritos para o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

A Presidência comunica que, não tendo sido apreciada no prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, a Mensagem Presidencial nº 58, de 1985-CN, referente ao Decreto-lei nº 2.159, de 1984, será incluída em Ordem do Dia, em regime de urgência, em 10 sessões subsequentes, em dias sucessivos, a partir de hoje, conforme determina o citado dispositivo constitucional, in fine.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Atendendo à finalidade da sessão, o Sr. 1º-Secretário irá proceder à leitura da Proposta de Emenda à Constituição nº 88, de 1985.

É lida a seguinte

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 88, de 1985

Dá nova redação ao parágrafo terceiro do art. 72 da Constituição Federal.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional.

Artigo único. O parágrafo terceiro do art. 72 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 72.

§ 3º O Tribunal de Contas da União compor-se-á de nove Ministros, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, e terão as mesmas garantias, prerogativas, vencimentos e impedimentos dos Ministros do Tribunal Federal de Recursos, sendo:

a) sete entre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, de idoneidade moral e notórios conhecimentos jurídicos, econômicos, financeiros ou de administração pública; e

b) um entre os Auditores e um entre os membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, que satisfaça os requisitos acima."

Justificação

A nova redação dada ao texto constitucional consubstanciada no art. 72, § 3º, da nossa Carta Magna, tem por escopo um imperativo de justiça, inspiradora de todo o ordenamento jurídico pátrio.

2. Invocando o princípio da isonomia inserido no art. 153, § 1º, consoante o qual:

"Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas", não se poderia ficar insensível aos anseios e reclamos da classe dos Auditores do Tribunal de Contas, que se constitui em cargos isolados, e mesmo dos membros do Ministério Público junto àquele Tribunal.

A solução é razoavelmente simples, mas, acima de tudo, de repercussões profundas e positivas. A possibilidade de acesso dos Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas ao cargo de Ministro, integrando, destarte, sua composição, reveste-se como um dos mais lúdimos veículos de justiça, elidindo, sobremaneira, uma discriminação existente, responsável, de certa forma, por um sem-número de aspirações frustradas e estagnação profissional das classes reivindicantes, principalmente por se tratar o Auditor de cargo isolado, sem carreira. Por que não corrigir a distorção?

3. É exatamente a nossa própria Constituição Federal que serve de paradigma a esta pretensão, levados que foram, Auditores e Procuradores, pela influência dogmática da composição de outros órgãos do Poder Judiciário, a exemplo do Tribunal Federal de Recursos, Superior Tribunal Militar e Tribunal Superior do Trabalho, que consagraram o acesso de seus juizes, auditores e membros do Ministério Público aos cargos de Ministros de sua composição.

4. Eis, textualmente, o que dispõem os arts. 121, 128 e 141 da Carta Magna:

"Art. 121. O Tribunal Federal de Recursos compõe-se de vinte e sete Ministros vitalícios nomeados pelo Presidente da República, sendo que quinze dentre juizes federais, indicados, em lista tripla, pelo próprio Tribunal; quatro dentre membros do Ministério Público Federal; quatro dentre advogados, que satisfaçam os requisitos do parágrafo único do art. 118; e quatro dentre magistrados ou membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal."

"Art. 128. O Superior Tribunal Militar compõe-se de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo três entre oficiais-generais da ativa da Marinha, quatro

entre oficiais-generais da ativa do Exército, três entre oficiais-generais da ativa da Aeronáutica e cinco entre civis.

§ 1º Os Ministros Civis serão escolhidos pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, sendo:

a)
b) dois Auditores e membros do Ministério Público da Justiça Militar, de comprovado saber jurídico."

"Art. 141.

§ 1º O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de dezessete juízes com a denominação de ministros, sendo:

a) onze togados e vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal; sete entre magistrados da Justiça do Trabalho; dois entre advogados no efetivo exercício da profissão; e dois entre membros do Ministério Público da Justiça do Trabalho, que satisfaçam os requisitos do parágrafo único do art. 118."

5. Coerentemente com os dispositivos constitucionais citados, acreditamos que se deve adotar a mesma sistemática no Tribunal de Contas, com o acesso de seus Auditores e Procuradores ao cargo de Ministro, dando-se nova redação ao § 3º do art. 72 da Constituição, conforme objetiva a presente proposta de emenda constitucional.

Assevera-se desde já que não se traduz como motivo para a justificativa da discriminação a função judicante que exercem aqueles órgãos do Poder Judiciário, em face das imprescindíveis e constitucionais funções de cada órgão dos Poderes independentes.

6. Corroborando, ainda mais, o acesso reivindicado pelos Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, ao cargo de Ministro, evoca-se o Decreto-lei nº 199, de 25 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União e dá outras providências, o qual, em seus arts. 12, § 1º e 19, estabelece para o provimento de cargo de Auditor e de Procurador, os mesmos requisitos e qualificações exigidas para o cargo de Ministro.

Vejamos o que preceituam tais artigos:

"Art. 12. Os Auditores, em número de quatro, serão nomeados pelo Presidente da República, mediante concurso de provas e títulos.

§ 1º Os candidatos a provimento do cargo de Auditor deverão preencher as qualificações exigidas para o cargo de Ministro."

"Art. 19. O Procurador e os Adjuntos de Procurador serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros em Direito, devendo o primeiro satisfazer os requisitos exigidos para provimento do cargo de Ministro."

7. Por seu turno, dispõe o art. 11, da Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União:

"Os Ministros, em suas faltas e impedimentos, serão substituídos pelos Auditores."

8. Na exegese dos artigos supracitados, verifica-se que os Auditores são substitutos dos Ministros, eis que, com qualificação idêntica a destes e requisitos exigidos para o provimento do cargo. Indaga-se, pois: onde reside a impossibilidade de acesso? Se são substitutos dos Ministros, por que não têm acesso a tal cargo, em caráter vitalício constitucionalmente?

9. A pretensão ora veiculada não retira do Chefe do Executivo a prerrogativa de escolha dos Ministros do Tribunal de Contas da União e nem, tampouco, suprime do Senado Federal a competência constitucional de

aprovar essa escolha, porquanto apenas assegura o acesso dos Auditores e dos Procuradores ao cargo de Ministro.

10. Ressalta-se, ademais, que as consequências de tal medida não repercutirão no setor econômico, vez que não implica em aumento de despesa, por não se tratar de criação de mais cargo de Ministro. A composição do Tribunal de Contas permanece a mesma, estribando-se a medida apenas em novo esquema de escolha dos seus Ministros, passando a incidir obrigatoriamente nas classes dos Auditores e Procuradores, dentro dos limites estabelecidos na letra "b" do § 3º do art. 72, ora preconizados.

11. Ultimando a presente justificativa, reporta-se ao âmbito do Direito Internacional e do Direito Comparado. Afigura-se como exemplo a França e a Itália, em cujas legislações os Auditores e Procuradores logram acesso à metade da composição do quadro de Ministros do Tribunal de Contas, enquanto que no Brasil inexistente esse acesso, em razão do que as repercussões já se fazem sentir dentro das classes reivindicantes, em todo o território nacional.

Cotejando-se, finalmente, todas as normas positivas nos textos legais aqui mencionados, a conclusão radical que se impõe é a de que não encontra eco a permanência dessa distorção, que veda aos Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas o acesso ao cargo de Ministro desse colendo Tribunal, em nome mesmo dos princípios de justiça que informam nosso ordenamento jurídico vigente, que está a requerer, contínua e incansavelmente, medidas para a sua perfeita adequação e adaptação à realidade sócio-econômico-política do País, como a que ora se apresenta, urgindo por sanção, para que se consagre em texto constitucional.

DEPUTADOS: Vivaldo Frota — Celso Peçanha — José Carlos Fagundes — Gomes da Silva — Reinhold Stephanes — Antônio Ueno — Max Mauro — José Lins de Albuquerque — José Ulysses — Ruy Lino — Antônio Pontes — Amílcar de Queiroz — Saramago Pinheiro — Gerson Peres — Orestes Muniz — Randolfo Bittencourt — Geraldo Bulhões — Leônidas Sampaio — José Machado — João Carlos de Carli — Armando Pinheiro — Salles Leite — Hamilton Xavier — Samir Achôa — Magno Bacelar — Carlos Sant'Anna — Aécio de Borba — Oly Fachin — João Batista Fagundes — Chistóvam Chiaradia — Vicente Guabiroba — Ademar Ghisi — Melo, Freire — Josué de Souza — Mário Hato — Juarez Baptista — Leorne Belém — Eurico Ribeiro — Roberto Freire — Ludgero Raulino — Octacílio de Almeida — Nelson Wedekin — Lélío Souza — Irajá Rodrigues — Jônathas Nunes — Hélio Dantas — Geovani Borges — Mozarildo Cavalcanti — Theodorico Ferraço — Amaral Netto — Jorge Arbage — Djalma Bessa — Fernando Lyra — José Frejat — Ary Kffuri — Antônio Florêncio — Borges da Silveira — Vicente Queiroz — Farabulini Júnior — Francisco Dias — Agenor Maria — Darcílio Ayres — Homero Santos — Pedro Sampaio — Gilson de Barros — Nelson Aguiar — Wildy Vianna — Gorgônio Neto — Israel Pinheiro — Sérgio Ferrara — Luiz Baccarini — Raul Ferraz — Inocêncio Oliveira — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Felix Mendonça — Brabo de Carvalho — Wilson Vaz — Manoel Affonso — Agnaldo Timóteo — Dante de Oliveira — Francisco Sales — Anselmo Peraro — Maçao Tadano — Moysés Pimentel — Paulo Borges — Manoel Costa Júnior — Luiz Henrique — Assis Canuto — Amadeu Gera — Haroldo Sanford — Edison Lobão — Sarney Filho — Jairo Azi — Nasser Almeida — Luís Dulci — Josias Leite — Silmão Sessim — Paulo Lustosa — Mário Frota — Alcides Lima — Ibsen Pinheiro — Alécio Dias — Victor Faccioni — Evandro Ayres de Moura — Sérgio Cruz — Tobias Alves — Rosemburgo Romano — Mário Assad — Lúcio Alcântara — Emílio Gallo — Carlos Eloy — Jayme Santana — Ruben Figueiró — Haroldo Lima — Wall Ferraz —

Ciro Nogueira — Raimundo Leite — Renan Calheiros — Horácio Ortiz — Eraldo Tinoco — Fernando Gomes — Nelson do Carmo — Nadyr Rossetti — Sinval Guazzelli — Darcy Pozza — Márcio Macedo — Dionísio Hage — Nilton Alves — Navarro Vieira Filho — Carlos Mosconi — Paulo Guerra — Coutinho Jorge — Jairo Magalhães — Cássio Gonçalves — João Gilberto — Hermes Zanetti — Aécio Cunha — Emílio Perondi — Renato Cordeiro — Aluízo Bezerra — Renato Johnsson — José Ribamar Machado — João Hercúlio — Raul Bernardo — Ubaldino Barém — Domingos Juvenil — Paulo Marques — Raimundo Asfora — Djalma Falcão — Albino Coimbra — Mauro Sampaio — Adail Vettorazzo — Siqueira Campos — Clark Platon — Gilton Garcia — Herbert Levy — Bete Mendes — Denisar Arneiro — Enoc Vieira — Aldo Arantes."

SENADORES: Raimundo Parente — João Castelo — Carlos Alberto — Amaral Furlan — Jorge Kalume — Passos Pôrto — Guilherme Palmeira — Alfredo Campos — Alexandre Costa — Odacir Soares — Eunice Michiles — Mauro Borges — Cid Sampaio — Carlos Chiarelli — João Calmon — Lomanto Júnior — Jutahy Magalhães — Jorge Bornhausen — Humberto Lucena — Milton Cabral — José Ignácio Ferreira — Gastão Muller — Marcelo Miranda — Benedito Canelas.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro — Senadores Saldanha Derzi, Alcides Saldanha, João Calmon, Martins Filho e os Srs. Deputados Cássio Gonçalves, Herberto Ramos, João Hercúlio, Milton Figueiredo e Nyder Barbosa.

Pelo Partido Democrático Social — Senadores Virgílio Távora, Jorge Kalume, Octavio Cardoso, Alexandre Costa e os Srs. Deputados Osmar Leitão, Ney Ferreira e Antônio Mazurek.

Pelo Partido da Frente Liberal — Senadores Carlos Lyra, José Lins, Albano Franco e os Srs. Deputados Gonzaga Vasconcelos, Evandro Ayres de Moura e Evaldo Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A Comissão Mista ora designada deverá reunir-se, dentro de 48 horas para eleição do Presidente e do Vice-Presidente.

Perante a Comissão poderão ser apresentadas emendas, no prazo de oito dias a contar de sua instalação, com o mesmo número de assinaturas previsto para a apresentação de propostas.

O parecer da Comissão Mista deverá ser apresentado até o dia 6 de março de 1986.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Antes de encerrar a sessão, quero, em nome da Mesa do Congresso Nacional e em meu nome, solidarizar-me com o pesar de todos nós, sobretudo da bancada e do povo do Estado de Minas Gerais, pelo falecimento do inesquecível Deputado Castejon Branco, que vinha desempenhando a representação do povo mineiro na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Nos termos do art. 55, § 1º, in fine, da Constituição, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se hoje, às 18 horas e 50 minutos, neste plenário, destinada à apreciação dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 22, de 1985-CN (8ª sessão); 23, de 1985-CN (6ª sessão); e da Mensagem nº 58, de 1985-CN (1ª sessão).

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 48 minutos.)

Ata da 353ª Sessão Conjunta, em 11 de novembro de 1985

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Lomanto Júnior

ÀS 18 HORAS E 50 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

— Eunice Michiles — Galvão Modesto — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — João Lobo — Cesar Cals — José Lins — Marcondes Gadelha — Nivaldo Machado — Guilherme Palmeira — Lourival Baptista — Lomanto Júnior — Benedito Ferreira — Mauro Borges — Alcides Saldanha — Octavio Cardoso.

E OS SRS. DEPUTADOS

Acre

José Melo — PMDB; Nasser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

José Fernandes — PDS; Josué de Souza — PDS.

Pará

Antônio Amaral — PDS; Brabo de Carvalho — PMDB; Jorge Arbage — PDS.

Maranhão

Edison Lobão — PDS; Eurico Ribeiro — PDS.

Piauí

Celso Barros — PFL.

Ceará

Carlos Virgílio — PDS; Chagas Vasconcelos — PMDB; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PMDB; Moysés Pimentel — PMDB.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PFL; Vingl Rosado — PDS.

Paraíba

Edme Tavares — PFL.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Herberto Ramos — PMDB; Inocêncio Oliveira — PFL; Josias Leite — PDS.

Alagoas

Albérico Cordero — PDS.

Sergipe

Batalha Góis — PMDB; Walter Baptista — PMDB.

Bahia

Ângelo Magalhães — PDS; Djalma Bessa — PDS; Fernando Santana — PCB; Francisco Benjamini — PFL; Francisco Pinto — PMDB; José Penedo — PFL; Jutahy Júnior — PFL; Mário Lima — PMDB; Wilson Falcão — PDS.

Espírito Santo

Stélio Dias — PFL; Wilson Haese — PMDB.

Rio de Janeiro

Amaral Netto — PDS; Celso Peçanha — PFL; Dado Coimbra — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; JG de Araújo Jorge — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Aécio Cunha — PFL; Bonifácio de Andrada — PDS; Homero Santos — PFL; Jorge Vargas — PMDB; José Maria Magalhães — PMDB; José Mendonça de Moraes — PMDB; José Ulisses — PMDB; Juarez Batista — PMDB; Oswaldo Murta — PMDB; Pimenta da Veiga — PMDB; Raul Bernardo — PDS; Rosemburgo Romano — PMDB.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Diogo Nomura — PFL; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB.

Goiás

Brasílio Canado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Irupuan Costa Júnior — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB; Wolney Siqueira — PFL.

Mato Grosso

Bento Porto — PFL.

Mato Grosso do Sul

Plínio Martins — PMDB.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Dilson Fanchin — PMDB; Hélio Duque — PMDB.

Santa Catarina

Artenir Werner — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Morro — PDS; Nelson Wedekin — PMDB.

Rio Grande do Sul

João Gilberto — PMDB; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — As listas de presença acusam o comparecimento de 16 Srs. Senadores e 82 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Francisco Amaral.

O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, demitui-me das funções de delegado regional do Ministério da Educação em São Paulo a professora Dalva Souto Mayor, enquanto o Ministro Marco Maciel lhe reconhecia os méritos e o Sr. Cláudio Lembro, Chefe de Gabinete desse titular, declarava à imprensa.

“A saída da professora Dalva foi um ato de rotina, já que desde março ela havia manifestado intenção de deixar o cargo e o Ministro pediu que continuasse dirigindo a delegacia de São Paulo.”

Evidentemente, havia pessoas interessadas no seu afastamento, pela intransigência e seriedade com que enfrentou certas maquinacões políticas de certas mantenedoras de faculdades, em São Paulo.

Indicada para a Delegacia Regional do MEC em São Paulo, em 1975, no início do Governo Geisel, mantendo-se no cargo durante dez anos ininterruptos, era conhecida pela presteza com que atendia aos parlamentares, sempre solicita, prestando-lhes informações e procurando soluções para os problemas que apresentavam.

Pessoalmente, posso assegurar que muito raramente encontrei, no serviço público federal, uma funcionária tão diligente, atenciosa, esclarecida, profunda conhecedora do seu *métier*, totalmente infensa à política de campanário, tanto que atendia aos representantes da oposição com a mesma atenção dedicada aos governistas.

O cargo que exerceu é espinhoso. Tumultuam-se os interesses de várias instituições privadas, na luta para obter verbas do Governo Federal, ou novas autorizações para a instalação de cursos, ampliação do *campus* e proposições correlatas, que devem ser encaminhadas pela delegacia regional, com a necessária informação, ao Ministério da Educação.

Sabendo-se que São Paulo é a unidade da Federação que detém maior número de faculdades, universidades e cursos superiores, todos vinculados àquela Secretaria de Estado, é bem de ver como se torna espinhosa a missão de promover a triagem de interesses apresentados pelas diversas entidades mantenedoras.

Ninguém consegue ocupar um cargo desses sem sofrer acusações, sem enfrentar retaliações, ressentimentos, queixas e até injúrias e difamações.

Mas, no caso da professora Dalva Souto Mayor, ela se retirou do posto com a consciência tranqüila, certa de ter dado à educação nacional e às universidades paulistas o melhor do seu esforço e da sua compreensão.

Ao registrar esse fato, quero levar à distinta educadora, à administradora exemplar, à conterrânea que me faz ter orgulho de ser paulista a minha irrestrita solidariedade e os meus melhores agradecimentos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Com a palavra o nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (PDS — PA. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, antes de viajar para participar, na Síria, do Congresso de Parlamentares descendentes de árabes do continente sul-americano, formulei requerimento de urgência para um projeto de lei de minha autoria que tramita na Câmara dos Deputados e que dispõe sobre a obrigatoriedade de os órgãos de comunicação, através de ilustrações, em seus programas, educarem o povo brasileiro mostrando-lhe os perigos das drogas e dos entorpecentes para a saúde humana.

Paralelamente, Sr. Presidente, tenho outro projeto que combate a permissividade que grassa hoje no País, conduzindo as nossas gerações — e mais precisamente a juventude brasileira — para o abismo do vício e da degradação dos costumes.

Lamentavelmente, ao retornar, encontrei o meu requerimento carente de uma única assinatura, a do eminente Líder do PMDB. Ora, Sr. Presidente, lutar pela preservação dos costumes, pela instituição familiar, numa Nação que nasceu sob o signo da Cruz, não é tarefa unipessoal de um Parlamentar, mas um dever do Estado, principalmente se os seus governantes demonstram qualquer parcela de preocupação com a sorte do povo que dirigem.

Não quero, Sr. Presidente, fazer juízo precipitado a respeito da ainda não participação da Liderança do PMDB no pedido de urgência para esse projeto. Espero, e nisso confio, que o Líder Pimenta da Veiga, descendente de família tradicional de um Estado que, em todos os momentos da História deste País, sempre esteve na vanguarda das grandes lutas pela preservação familiar, o Estado das Minas Gerais, possa compreender a magnitude do nosso objetivo, e que de S. Ex.^a recebamos a colaboração no sentido de aprovar não só o requerimento como ainda o projeto de lei de nossa autoria.

Agora mesmo, Sr. Presidente, ameaçam exibir, neste País, um filme que retrata, de maneira agressiva, distorcida e infame, a vida de Nossa Senhora, a mãe do Salvador. Percorri alguns países agora e verifiquei, por exemplo, na Síria, na cidade de Damasco, a reverência, o respeito, o carinho que todas as religiões devotam a Nossa Senhora. Está ela exposta em todos os altares, é cultuada por todas as religiões, inclusive pela muçulmana, a grande maioria que prevalece hoje na religião do povo sírio.

Pois bem, Sr. Presidente, aqui no Brasil, ela, que é a padroeira de todos os brasileiros, ela, que é venerada atualmente num Estado como o Pará por milhões e milhões de fiéis vindos de todo o mundo e de todo o Brasil, se vê agora diante da ameaça de exibição nos cinemas brasileiros de um filme infame, que insulta a dignidade cristã de um povo e de uma Nação.

Custo-me a crer, que o Sr. Presidente José Sarney, a quem assisti na manhã de 13 de outubro, na cidade de,

Belém, ao lado de sua digníssima esposa, dobrar os joelhos perante a Virgem de Nazaré, numa reverência de sua fé cristã e católica, permitir no seu Governo, a desgraça tamanha da exibição desse filme nos cinemas do nosso País.

Sr. Presidente, o povo brasileiro realmente — repito — nasceu sob o signo da Cruz. Nesta hora, nós, Congressistas, nós, que temos a responsabilidade da representação política deste País, devemos enfileirar-nos unidos num só pensamento, para defendermos a instituição familiar, a juventude brasileira da ameaça de todos esses processos de degradação da moral e dos costumes.

Peço a Deus que inspire o Presidente da República. No momento em que lhe solicitarem permissão para a exibição desse filme, possa S. Ex^a lembrar-se daquele memorável momento de 13 de outubro, quando, ao lado de sua esposa, beijou a imagem sacrossanta de Nossa Senhora, mostrando ao povo brasileiro a firmeza da sua fé em Deus e principalmente naquela que deu ao mundo um filho para redimir os pecados da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Mendonça de Moraes, que falará pelo Líder do PMDB.

O SR. JOSÉ MENDONÇA DE MORAIS (PMDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, conforme espalhafatoso noticiário do *Jornal do Brasil* de sexta-feira, dia 8 de novembro de 1985, a Nação tomou conhecimento de notícias referentes ao IBDF e seu Presidente atual, Dr. Marcelo Palmério, acusado de corrupção naquele órgão.

A verdade, no entanto, é muito diferente das notícias publicadas pelo *Jornal do Brasil*, que se reporta a uma auditoria feita naquele órgão por uma comissão nomeada pelo Sr. Ministro Pedro Simon, do Ministério da Agricultura, composta pelos Srs. Flávio Canedo dos Santos, Assessor Jurídico do M.A., e seu representante: João Frederico Abbott Galvão (na portaria seu nome saiu invertido), Diretor Administrativo do IBDF e seu representante, e ainda o Sr. Waldir Almeida, representante da Secretaria de Controle Interno (CISSET) do Ministério da Agricultura, conforme Portaria n.º 365, publicada no DOU de 20 de setembro de 1985.

Para se entender a atual situação e controvérsia, torna-se necessário lembrar alguns fatos que antecedem ao "escandaloso noticiário".

Conforme os próprios jornais noticiaram recentemente, Marcelo Palmério foi indicado para Presidente do IBDF diretamente ao Dr. Tancredo Neves, que acolheu a indicação, sendo posteriormente confirmado pelo Presidente José Sarney.

O Sr. Ministro da Agricultura, Pedro Simon, obstaculizou e retardou a sua nomeação, porque não era Marcelo Palmério o seu candidato para o IBDF; tendo manifestado publicamente sua rejeição ao nome indicado por Minas Gerais para presidir o IBDF.

Ao assumir o cargo, Marcelo Palmério tentou reconduzir a política dos incentivos fiscais para reflorestamento aos verdadeiros e originários objetivos, quais sejam: os de produzir matéria-prima e insumo para as indústrias que utilizam a madeira para tal fim, principalmente as de papel e celulose; madeira processada e as de siderurgia a carvão vegetal, além de anunciar uma reforma administrativa.

Isto, evidentemente, desagradou e contrariou os interesses de alguns reflorestadores que, devido aos desvios da política florestal, utilizam os incentivos fiscais para o plantio de pomares e de frutíferos, principalmente de coco e de caju.

Além disso, o Dr. Marcelo Palmério tentou democratizar a administração do IBDF, instituindo um comitê composto por todos os Diretores e Assessores da Presidência para deliberar, em conjunto, sobre os problemas maiores do IBDF. Esta medida desagradou a alguns diretores que se recusavam a fazer uma administração colegiada, porque não queriam abrir mão de parte de seus poderes.

Há alguns diretores do IBDF nomeados à revelia do Presidente daquele órgão, mais para impedir uma correta administração do que para fazer valer as tentativas moralizadoras da Nova República. Estes, por ambição pessoal ou por inveja, não medem esforços para conquistar a simpatia do Ministro e, conseqüentemente, para alcançar — quem sabe? — o lugar do atual Presidente.

Tudo fizeram para imobilizar a atual administração, sabotando-a e conspirando contra o Dr. Marcelo Palmério. Montaram uma conjuração "intramuros" contra a pessoa de quem tinha o desafio de redirecionar o IBDF para a moralização do órgão.

Além de imobilizarem a administração, alguns diretores se uniram àqueles reflorestadores que, indevidamente, se utilizam dos incentivos fiscais, sempre em maiores proporções, para o plantio de pomares, e não para a formação de florestas.

Dessa aliança resultou uma denúncia falsa contra o Presidente do IBDF, já do conhecimento da Nação, intitulada "o primeiro escândalo da Nova República", fornecendo ao Ministro o prato cheio de que ele precisava para mostrar aos reflorestadores que indicaram Marcelo Palmério para presidir o IBDF "que eles iriam se arrepender de tal nomeação", conforme havia avisado previamente a eles. Conspiraram contra Minas Gerais e contra a indicação de Tancredo Neves.

Feita a acusação contra a administração do IBDF, o próprio Presidente pediu uma auditoria que apurasse a verdade. Foi uma atitude ética de quem nada tem a temer, mas inocentemente formulada.

Constituída a comissão de auditoria pelas pessoas já nominadas, ela se instalou na sede da EMBRAPA, de onde saíram as pessoas que auxiliaram a comissão, seguindo a rígida orientação de pessoas daquela autarquia, manifestamente contrárias ao reflorestamento incentivado.

Seu objetivo foi claro: difamar, denegrir e criticar a atual política florestal e as empresas que a ela se dedicam, com o firme propósito de acabar com os incentivos fiscais destinados ao setor, atendendo à vontade dos adversários de reflorestamento.

A conclusão da auditoria, sem audiência do Presidente, foi muito mais nociva à classe florestal e ao setor do que diretamente à pessoa do Presidente Marcelo Palmério.

Hoje, a imprensa de Brasília, através do *DF Repórter*, jornal de circulação principalmente dos órgãos públicos, traz uma nota, que vou ler, para que seja transcrita também como parte integrante do meu discurso:

"CORRUPÇÃO

O detalhe mais importante sobre a denúncia contra o presidente do IBDF, Marcelo Palmério, não foi divulgado com a notícia de seu envolvimento em favorecimento a firmas do ramo: a informação de que ao tomar conhecimento da irregularidade, o ministro Pedro Simon viajou para o Rio Grande do Sul, onde se encontra em campanha eleitoral, sem notificar o Presidente Sarney do que tinha sido constatado na auditoria. O ministro da Agricultura, em situação cada vez mais delicada, junto a inúmeros de seus colegas, e ao próprio Presidente, teria interesse na divulgação do fato de forma inusitada, a fim de criar um fato consumado que levaria ao afastamento de Palmério, nomeado contra a vontade de Simon.

O ministro é apontado como pouco solidário com a sorte do governo e chegou a ser responsabilizado pela circunstância de não ter prestado qualquer auxílio quando da votação da emenda de convocação da Constituinte. Apenas dois dos deputados do PMDB gaúcho, controlado há muitos anos por Simon, votaram a favor do governo. Todos os demais apoiaram seu colega Jorge Ueque. Simon, por sua vez, não tem poupadamente acusações aos ministros da área econômica, responsabilizando-os pelo fracasso de seus projetos à frente do Ministério. Todos esses fatos foram contabilizados e debitados no rol de responsabilidades do Ministro. Acredita-se que ele tenha deliberadamente deixado de dar conhecimento a Sarney do relatório de auditoria que seus auxiliares se apressaram a fazer chegar ao conhecimento dos jornais."

Sr. Presidente, essa atitude, essa maneira de se levar ao conhecimento do Sr. Presidente da República, através dos jornais, fatos de sumo interesse da Nova República, de alto interesse da moralização da Administração Pública, ao invés de se lhe dar ciência diretamente, deixamos, como Líder do Governo, bastante preocupados.

Atrás de tudo isto há um interesse político ideológico, qual seja, o de impedir, pela imobilização e pelo descrédito, a execução do programa anual de reflorestamento, prejudicando o próprio programa do Governo da Nova República.

Tentam alguns elementos indispor o Presidente do IBDF com o Presidente da República para se obter sua demissão.

O Presidente do IBDF deveria ter demitido todos os diretores daquele órgão que não estão seguindo o princípio de moralização da administração pública, a ele inerente.

No entanto, ao invés de demitir os que contra ele conspiram, Marcelo Palmério entregou ao Exm^o Sr. Presidente da República, José Sarney, uma carta pedindo o seu afastamento da Presidência do IBDF, tão logo seja instaurado competente inquérito administrativo por ele próprio sugerido e pedido ao Presidente da República, conforme se lê na "Nota à Imprensa" que acaba de editar, a qual passo a ler:

"Cumpro o dever de comunicar à opinião pública o seguinte.

1 — Solicitei, em data de 8 do corrente, ao Senhor Ministro da Agricultura, a abertura de Inquérito Administrativo que apure a responsabilidade do atual Presidente do IBDF nos fatos apontados como "irregulares" pela Comissão que, a meu pedido, procedeu à auditoria naquele órgão.

2 — Pedi, ao Presidente da República, meu afastamento do cargo, tão logo se instaure a Comissão de Inquérito, a fim de que os fatos possam ser devidamente esclarecidos.

3 — Constituí meu procurador, para acompanhar o inquérito e proceder judicialmente contra meus detratores, o advogado Cláudio Lacombe.

4 — Deputados de meu partido irão, a meu pedido, requerer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito que investigue, a fundo, as atividades do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

5 — Envidarei todos os esforços para que a verdade se restaure, com a identificação ética dos que me acusam.

Brasília, 11 de novembro de 1985. — Marcelo Palmério."

Sr. Presidente, é de atitude deste tipo que a Nova República precisa; de administradores do bem público que tenham a coragem de colocar o cargo à disposição do Presidente, pedindo, inclusive, o seu afastamento durante o período da instauração de um inquérito administrativo que ele próprio solicitou dentro do órgão que dirige.

Ainda mais, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o presidente do IBDF, Marcelo Palmério, encaminhou correspondência datada de hoje ao Sr. Ministro da Agricultura, através do protocolo daquele órgão, porquanto S. Ex^a lá não se encontrava para receber pessoalmente a correspondência em que, elegantemente, dentro da ética de um administrador público, solicita ao Sr. Ministro as providências cabíveis para apurar a verdade na administração daquele órgão, cujo empenho é sobremaneira de valorização.

Quero, Sr. Presidente, que esta carta também faça parte de meu pronunciamento, já que sou Líder do Governo, na defesa do Governo como um todo, e não Líder de um ou outro Ministro para defender atitudes manipuladas para desmoralizar os rumos da Nova República. O PMDB, comprometido com o seu discurso de ontem, quer que haja uma valorização também nos quadros confiados a indivíduos — Deputados e Senadores — oriundos do próprio partido. Que o Ministério da Agricultura tenha sob seu comando também um órgão de grande valia, que é o IBDF, órgão instituído para reativar as florestas brasileiras, defender a ecologia, defender a natureza brasileira e não para ser motivo de política não muito elegante, não muito elevada, mas política baixa.

O *Jornal do Brasil* divulgou uma notícia no dia 8, conforme já disse, dando à Nação conhecimento de fatos até então nem chegados ao conhecimento da Presidência da República nem mesmo diretamente aos interessados. E hoje esse mesmo periódico, numa notinha, nos traz o seguinte, que tomo a liberdade de ler:

"A um candidato declarado à Presidência do IBDF, o atual Secretário-Geral do órgão, Maria Te-

reza, disse contar com o apoio do Governador Franco Montoro."

Sr. Presidente, a se verificar a veracidade desta notícia, tanto o Governador de São Paulo, Franco Montoro, como Dona Maria Tereza estão conspirando contra os interesses do reflorestamento, principalmente de Minas Gerais, maior Estado reflorestado que precisa de matéria-prima, do carvão vegetal, para conduzir e acionar a siderurgia nacional. É uma conspiração tanto contra Minas, como contra a indicação e a escolha feita pelo Dr. Tancredo de Almeida Neves, homem ligado ao setor e conhecedor profundo do assunto.

Quero comunicar à Casa que se trata também de ato de traição ao Presidente Sarney a publicação e a divulgação pela imprensa — sem antes levar ao conhecimento de S. Ex^a — os resultados de uma auditoria que foi feita — dirigida para desmoralizar a Nova República — por elementos contrários aos caminhos seguidos e praticados pelo Presidente da República, que é um homem moderado, tranquilo, sereno, que quer levar esta Nação à paz social e que trouxe uma reforma agrária para o País, reforma agrária esta que pode ser aceita e discutida por fazendeiros, proprietários e também por quem está precisando de terras para trabalhar. É um Presidente que deseja a moralização de órgãos, como o IBDF, a Cobal e outros igualmente importantes da Nação, e haveremos de moralizar.

Estou dizendo, Sr. Presidente, à Casa e aos interessados, que a Bancada do PMDB de Minas Gerais está solidária com a atitude correta do Presidente do IBDF. Mas, no dia em que ele cometer desacertos na administração ou erros contra a moralização da Administração Pública, esta mesma bancada haverá de pedir a sua substituição. Não há de ser com atitudes baixas, incorretas, como a que estamos vendo, estabelecidas na EMBRAPA, a fim de atender a gostos de algumas pessoas do Ministério da Agricultura, que vamos admitir a divulgação de falsas notícias de escândalos para esta Nação, prejudicando a administração correta, prejudicando aqueles que querem agir corretamente.

Sr. Presidente, lamento ter de trazer, como Líder do meu Partido, esse fato ao conhecimento da Nação. Mas é importante que homens que tenham coragem de pedir inquérito contra a própria administração tenha respaldo aqui, do Plenário desta Casa, onde procuramos defender a verdade, venha ela de onde vier, seja da oposição ou da situação. Não podemos deixar que prossiga essa campanha que o *Jornal do Brasil* está fazendo contra a Presidência do IBDF, se não sabemos o que está por detrás disso — ainda não sabemos. Possivelmente amanhã encaminharei à Casa competente um pedido, um requerimento de abertura de Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no IBDF.

Esta a notícia que eu queria deixar clara para a Nação, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Raul Bernardo, como Líder do PDS.

O SR. RAUL BERNARDO (PDS — MG. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, no exercício eventual da Liderança do PDS nesta Casa, cumpro o dever de levar ao conhecimento do Congresso Nacional e, por seu intermédio, a toda a Nação, a íntegra de dois telex subscritos pelo nobre Deputado José Ramalho Burnett da Silva, Delegado junto ao Tribunal Superior Eleitoral e Presidente do Diretório Regional do PDS do Maranhão, relacionados com os últimos acontecimentos políticos na Capital daquele Estado, São Luís.

Leio, Sr. Presidente, para conhecimento da Casa e da Nação, a íntegra desses dois telex, o primeiro deles, encaminhado ao Diretório Nacional do PDS, vazado nos seguintes termos:

"Diretório Nacional do PDS
At.: Dr. Rafael Coutinho
Brasília — DF

Transcrevo abaixo telex dirigido Presidente TSE:

O Partido Democrático Social — PDS, por seu delegado perante essa colenda corte e com fulcro

no disposto no inciso XIV, do art. 23 do código Eleitoral, solicita a Vossa Excelência a requisição de força Federal para garantir a votação e a apuração das eleições de Prefeito a serem realizadas na capital do Estado do Maranhão.

Justificam o presente pedido o clima de insegurança e a crescente radicalização da disputa, aliados ao fato de que a Polícia Militar do Estado, não tem condições de desempenhar, a contento, a sua missão de zelar pela ordem e garantir a tranquilidade do pleito. O seu comandante supremo e o Governador do Estado, que, ostensivamente dirige a campanha do candidato do Partido da Frente Liberal. Nesta capital tornou-se fato público e notório que os Governos Federal, Estadual e Municipal colocaram todo o poderio da máquina administrativa a favor do candidato do Partido da Frente Liberal.

Com a utilização do INAN, da merenda escolar, da COBAL, da LBA e de órgãos de saúde, são distribuídos, fartamente, gêneros alimentícios e remédios. Nos envólucros dos produtos, colocam-se cartazes do candidato do PFL.

As máquinas da prefeitura exibem retratos do candidato do PFL e executam obras eleitorais nos bairros da Capital.

Pela Campanha de eletricidade e pela campanha de águas, o Governo do Estado dispensa o pagamento de contas aos usuários.

Com farta documentação, o PDS comprovou, pela televisão, no horário destinado pelo TRE aos partidos políticos, a corrupção generalizada praticada pelo município e pelo Estado, com o ostensivo apoio da união, notadamente na parte concernente ao desvio de vultosas quantias pertencentes ao erário público, que foram destinadas para custear a campanha eleitoral do candidato do PFL.

Recentemente, o Governador do Estado mobilizou os prefeitos dos 133 municípios maranhenses na realização do que chamou "Operação Impacto", a ser posta em prática no dia do pleito.

Com a presença do candidato do PFL, o Deputado Sarney Filho, que é filho do Presidente da República, reuniu os prefeitos em uma churrascaria nesta capital e, dizendo-se autorizado pelo pai, intimou a todos os chefes de comunas a ocuparem São Luís no dia 15 de novembro, trazendo veículos e janguns, estes disfarçados de cabos eleitorais, com instruções para coagir o eleitorado a votar no seu candidato.

A cerca de uma semana, nossos comícios são invadidos por partidários do PFL, que depredam nossos veículos e agredem nossos correligionários. No dia 7 do corrente, quando realizávamos um comício no bairro do Anjo da Guarda, seguidores do candidato do PFL, com ele a frente, investiram contra nossa concentração e geraram grande conflito, usando inclusive, arma de fogo e pedras. Do choque saíram feridas várias pessoas. Em grande parte, os pefelistas eram conduzidos em veículos oficiais.

Desde o início da Campanha Eleitoral, a Polícia Civil e a Polícia Militar não policiam os locais de concentração pública.

Esses fatos podem ser comprovados pelos **tapes** de televisão a disposição do Tribunal Eleitoral e pelos noticiários dos jornais, sobre tudo do **Estado do Maranhão**, de propriedades do Presidente da República.

Diante do exposto, rogamos seja concedida força Federal para garantir a segurança e a lisura da manifestação popular, no pleito que se avizinha.

Nestes termos, pede deferimento.

São Luís, 9 de novembro de 1985. — Deputado **José Ramalho Burnett da Silva**, Delegado junto ao TSE e Presidente do Diretório Regional PDS do Maranhão."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o outro telex tem o teor seguinte:

"São Luís 8-11-85

Tele NR 0612402 Urgente-Recomendado
Senador Amaral Peixoto
Presidente Nacional do PDS
Brasília — Distrito Federal

Cumpro o dever de por Vossa Excelência a par do estado de corrupção e insegurança em que se encontra esta cidade, para afinal, solicitar, imprescindíveis providências dessa Presidência:

1. Os Governos Federal, Estadual e Municipal colocaram todo o poderio da máquina administrativa a favor do candidato do Partido da Frente Liberal.

2. Com a utilização do INAN, da Merenda Escolar, da Cobal, da LBA e de órgãos de saúde, são distribuídos, fartamente, gêneros alimentícios e remédios. Nos envólucros dos produtos, colocam-se cartazes de Jaime Santana.

3. Com amplo noticiário do *Jornal do Brasil*, edições de ontem e hoje, o Presidente da LBA, Marcos Vilaça, assinou convênios no total de 1 bilhão de cruzeiros. No momento, esses atos visam exclusivamente, a induzir o eleitorado a votar no candidato do Governo.

4. As máquinas da prefeitura ostentam retratos do candidato do PFL e executam obras eleitorais nos bairros da Capital.

5. Pela Companhia de Eletricidade (CEMAR), e pela Companhia de Águas (CAEMA), o Governo do Estado dispensa o pagamento de contas aos usuários e realiza a extensão de redes de distribuição de água e luz.

6. Com farta documentação, no horário do Tribunal Regional Eleitoral, o Senador João Castello comprovou a corrupção generalizada praticada pelo Município e Estado com apoio da União.

7. No momento, à semelhança do que ocorreu em Natal, no Rio Grande do Norte, o Governador do Estado mobiliza os prefeitos dos 133 municípios na realização do que chama "Operação Impacto" no dia do pleito.

8. Com a presença do candidato Jaime Santana, o Deputado Federal Sarney Filho, que é filho do Presidente da República reúne prefeitos e, dizendo-se autorizado pelo pai, intima os chefes de comunas a ocuparem São Luís no dia 15 de novembro e trazerem para esta Capital veículos e janguns, estes disfarçados de cabos eleitorais.

9. Há cerca de uma semana, nossos comícios são invadidos por partidários do PFL, que depredam nossos veículos e agredem nossos correligionários. Ontem, quando realizávamos um comício no bairro Anjo da Guarda, seguidores do candidato Jaime Santana, com ele à frente, investiram contra nossa concentração e geraram grande conflito, usando, inclusive, arma de fogo e pedras. Do choque saíram feridas várias pessoas. Em grande parte, os pefelistas eram conduzidos em veículos oficiais.

10. Desde o início da campanha eleitoral, a Polícia Civil e a Polícia Militar não policiam os locais de concentração pública.

11. Os fatos aqui expostos podem ser comprovados pelos **tapes** de televisão, à disposição do Tribunal Eleitoral e noticiários dos jornais, sobretudo do **Estado do Maranhão**, de propriedade do Presidente da República.

O Tribunal Regional Eleitoral requisitou a Polícia Militar do Estado para garantir as eleições e o processo de apuração. Mas, em face do clima de insegurança e da crescente radicalização da disputa, receio que a Polícia Militar não desempenhe, a contento, a sua missão, o que poderá gerar conflitos de proporções imprevisíveis. O comandante supremo dessa corporação é o Governador Luiz Rocha, que é o dirigente da campanha do candidato do Partido da Frente Liberal.

Por tudo isso, solicito a Vossa Excelência pleitear, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, a requisição de Força Federal, para garantir a votação e a

apuração das eleições de prefeito desta Capital, sem o que a comunidade são-luisense não poderá manifestar livremente a sua vontade a 15 de novembro.

Confio na clarividência de Vossa Excelência, profundo conhecedor da luta partidária maranhense, e espero sua ajuda em favor de uma eleição que transcorra em ordem e reflita, tanto quanto possível, a vontade soberana dos nossos conterrâneos.

Atenciosas saudações.

Deputado José Burnett, Presidente Diretório Regional PDS — Maranhão."

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é lamentável que tudo isso esteja ocorrendo exatamente na terra natal do Sr. José Sarney, Presidente da República.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Roberto Jefferson, como Líder do Partido Trabalhista Brasileiro.

O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, compulsando o Regimento Interno do Senado Federal, encontramos, no art. 180, § 1º, a seguinte expressão:

"Ao declarar aberta a sessão, o Presidente proferirá as seguintes palavras: Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos";

Como fez V. Exª agora na abertura dos trabalhos desta sessão do Congresso, Senador Lomanto Júnior,

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o art. 97, § 2º diz:

"Achando-se presente o décimo do número total de Deputados, desprezada a fração, o Presidente declarará aberta a sessão, proferindo as seguintes palavras: Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos."

Na exegese dessa norma regimental, que regula os trabalhos da Câmara e do Senado, vamos encontrar o testemunho da fé do povo brasileiro, que, na multiplicidade de correntes religiosas, evangélicas, espíritas, católicas, tem o seu credo cristão, crê em Deus, na Sua palavra, crê no Seu verbo, na Sua obra. E como essas coisas galvanizam, representam esse sentimento, esta fé, esta religiosidade brasileira, muito forte principalmente na Bahia, temos no nosso Regimento, na lei desta Casa, a invocação de Deus na abertura da sessão: "Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos." A legislação penal brasileira diz que o porte da maconha, a guarda da maconha e a comercialização da maconha são crime. Temos a Lei Antitóxicos que, apartando do Código Penal o artigo que regulava o uso de entorpecentes, agravou sombriamente a sua comercialização e o seu tráfico, até mesmo o da maconha.

O Senador Fernando Henrique Cardoso, ontem, em entrevista à TV Globo, indagado pelo jornalista Boris Casoy, se não me engano, da *Folha de S. Paulo*, de supetão: "Senador o senhor acredita em Deus?" deu uma balança e disse: "Não, sou ateu, não creio em Deus." Há uns 15 ou 30 dias, numa revista erótica de circulação no País, o Senador defendeu a discriminação do uso da maconha, dizendo que, no passado ele e suas primas — representando bem o sonho de todo adolescente, as primas e há um ditado que diz: "Primos e pombos sujam a casa" — já a tinha usado muitas vezes, que não via problema maior no seu uso.

O Senado da República conheceu uma figura exponencial, um dos maiores homens públicos que o País já teve: Ruy Barbosa. Pois bem, Ruy tinha uma frase lapidar no sentido de que o homem que não crê em Deus ou na lei, é um escravo, é um joguete dos seus próprios impulsos. O comportamento do Senador Fernando Henrique Cardoso, Líder do Governo no Congresso, está tipificado nesta frase de Ruy Barbosa. Numa ação que eu chamaria de antijurídica, defende como inocuo o uso da maconha — a lei o apenas — e não crê em Deus. Sabemos que a grande maioria, para não usar a figura genérica, das famílias brasileiras teme o uso da maconha. Assim, tais palavras, ditas pelo Senador como fato corriqueiro, são um primeiro passo para incentivar o consumo de outras drogas. Cientistas e pesquisadores colocaram a maconha como droga que cria dependência física e psíquica,

por isso está ela cominada na lei de entorpecentes. O Senador prega de público numa revista erótica que o uso da maconha é coisa normal e diz que não crê em Deus. Assim, hoje, está em frontal oposição ao Regimento do Senado e da Câmara, que colocaram na sua lei interna o sentimento da família brasileira da crença em Deus. E S. Exª divulga isso irresponsavelmente, porque é um homem que tem acesso aos veículos de comunicação — o uso da maconha, o primeiro passo para a dependência de drogas como cocaína, heroína. O que há de mais em fumar maconha, cheirar um pó, tomar um "pico"? Esta permissividade e esta fraqueza de atitudes hoje são colocadas de público pelo Senador como posições vanguardistas. Ele é um homem vanguardista: para ele, crer em Deus ou não permitir para sua família, para seus filhos o uso da maconha é retrocesso.

Sinceramente, não sei mais o que é democrático, o que é autoridade, o que é permissividade, o que é fraqueza moral, o que é retrocesso. As posições do candidato do PMDB em São Paulo dizem bem, talvez, de povos que não o nosso, porque fosse S. Exª realmente um paulista, realmente um homem de cultura, formado em São Paulo, um homem que conhecesse a gente de São Paulo, a família de São Paulo, a religião de São Paulo, e não estaria trazendo para cá conceitos que dizem mais de perto a Holanda, à França, onde S. Exª estudou e fez os seus cursos curriculares. Estes modelos franceses, estes francesismos não nos interessam. A sociedade brasileira é fundada na família, na fé cristã e na resistência ao vício, seja da maconha, seja da cocaína. Mas S. Exª traz para São Paulo e, no transbordamento de suas fronteiras, para o País, esses conceitos franceses, esses galicismos, esses estrangeirismos como avanço para a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, faria um apelo à imprensa para que pudéssemos, em nome da verdade, encontrar um balizamento para as eleições na Capital de São Paulo, que polarizaram a opinião pública do País. A *Folha de S. Paulo*, hoje, referindo-se ao comício do Senador Fernando Henrique Cardoso, através do seu órgão de pesquisa e informática, a Datafolha, diz que naquela grande festa que durou algumas horas, onde estavam 15 artistas dos mais famosos do Brasil, havia 70 mil pessoas no pique do comício. O *Jornal do Brasil*, na primeira página, diz que havia 200 mil pessoas; O *Globo*, 700 mil pessoas. É de se questionar esses três maiores veículos de comunicação e de formação de opinião no Brasil. Quem e que tem razão? Quem está dizendo a verdade? O *Globo*, com 700 mil, a *Folha de S. Paulo*, com 10%, equivalente, portanto, a 70 mil, ou o *Jornal do Brasil*, com 30%, 200 mil.

Seria importante que a própria imprensa informasse bem a realidade, para que o povo não fosse induzido pela notícia e, no voto utilitarista, escolhesse para Prefeito da Capital de São Paulo um ateu, que não vê nada demais em se fumar um cigarro de maconha.

Quando um homem advoga teses sociais e políticas importantes, avançadas e vanguardistas, temos que aplaudi-lo, esteja ele nas trincheiras de que partido estiver, mas quando essas teses são de falso puritanismo, agredindo a moral da classe média, a estabilidade da família brasileira cristã, temos que repeli-lo, dizendo que representa o retrocesso, que atenta contra o sentido de religiosidade deste povo e contra a segurança da família brasileira, pois chega a pregar em praça pública que o cigarro de maconha não faz mal a ninguém.

Sr. Presidente, ouvi o Líder do PMDB a respeito do Ministério da Agricultura, quando, irresponsavelmente, o Senador Pedro Simon, o Ministro dos escândalos, mais uma vez — porque a irresponsabilidade se está tornando o comportamento corriqueiro do Ministro Pedro Simon no ramalhão, no cotidiano, no dia-a-dia do seu trabalho à frente do Ministério — expõe a público um homem de Minas Gerais, Marcelo Palmério, filho do escritor Mário Palmério.

A agricultura no País desconhece literalmente qualquer obra do Senador Pedro Simon de seu interesse. Foi o homem que denunciou o escândalo da Cobal, agora denuncia o escândalo do IBDF, mas é um homem sem ligação alguma com a agricultura — não conhece o produtor, não conhece a vida rural. Posa inclusive como lord inglês de cachimbo — como Fernando Henrique de lord francês — remedando a pose dos banqueiros, por-

que o produtor rural fuma palheiro, e não cachimbo. E joga no Chapadão do Bugre de maneira irresponsável o nome de Marcelo Palmério. E por quê?

O *Jornal do Brasil* denuncia que Dona Maria Tereza é candidata declarada à Presidência do IBDF e, sendo Secretária-Geral do órgão, conta com apoio do Governo Franco Montoro. Vemos em tudo isso que o PMDB de São Paulo quer colocar-se acima de todos os partidos — inclusive o seu — até nos outros Estados.

O PMDB de São Paulo detém hoje a Presidência do Banco Central, os Ministérios do Planejamento, da Fazenda, das Relações Exteriores, do Trabalho, da Indústria e do Comércio. Mas não se contenta com as posições econômicas, comerciais, empresariais, trabalhistas, monetárias mais importantes do País. Quer ainda entrar no reflorestamento, tomar conta daquilo que sobrou a Minas Gerais influência no reflorestamento, pois sabemos que Espírito Santo e Minas Gerais são hoje os Estados detentores de uma política econômica voltada para o reflorestamento. Este agigantamento do PMDB de São Paulo no poder a curto prazo levará o partido a um conflito interno em outros Estados da Federação.

Sr. Presidente, a desiação da área econômica, está em São Paulo, do Planejamento está em São Paulo; a política financeira e monetária do Banco Central está em São Paulo, do comércio e indústria, em São Paulo; do trabalho, em São Paulo; da renegociação externa da dívida das empresas nacionais, em São Paulo. O que resta aos outros Estados? Minas tinha um Ministro da Fazenda, Francisco Dornelles, que pediu exoneração. Hoje, detém Pasta da Cultura, uma administração de museus, um Ministro apenas para dizer-se que, no cenário da República, Minas tem representação. E o Ministro Aureliano Chaves está literalmente sendo esmagado. Inclusive, hoje, o jornal *O Globo* publica que o Dr. Ulysses Guimarães quer atrair metade da bancada da Frente Liberal — o Ministro Marco Maciel — para integrar os quadros do PMDB, ilhando Minas Gerais na representação dos seus líderes, ou de um deles, Aureliano Chaves.

Estamos percebendo que esta política, este gasto brutal, esta jogada em torno da eleição de Fernando Henrique Cardoso representa mais um passo...

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Comunico a V. Exª que dispõe de apenas 3 minutos para concluir seu pronunciamento.

O SR. ROBERTO JEFFERSON — É o tempo de que preciso para concluir, Sr. Presidente.

Este estrangulamento que o PMDB de São Paulo quer impor aos outros Estados da Federação e aos outros partidos tem como chancela eleitoral a vitória de Fernando Henrique Cardoso.

É fica-se admirado de ver um monte de Ministros do PMDB de outros Estados e Governadores do PMDB e outros Estados batendo palmas, em São Paulo, para maluco dançar. Estão sendo desrespeitados e esquecidos pela administração do PMDB do Estado. Estão lá, batendo palmas para maluco dançar, cavando a própria sepultura.

Temos, hoje, o Presidente da República, José Sarney, literalmente atado por uma camisa-de-força, algemado e amordaçado pelo Presidente Nacional do PMDB, vice-Presidente da República, Presidente da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, a ponto de uma notícia de jornal, trazida à baila, hoje, dizer que um dos Ministros, o Sr. Pedro Simon, é pouco solidário com a sorte do Governo.

O Presidente da República reclamou do vazamento da notícia sem que estivesse a auditoria concluída, e ainda na semana passada o *Jornal de Brasília* publicavam ofício do Chefe da Casa Civil endereçado aos outros Ministros do PMDB, principalmente de São Paulo, cobrando informações sobre 10 projetos sociais do Presidente Sarney, que solicitava informações sobre eles de 20 em 20 dias. Há 8 meses não recebe notícia alguma, numa plena e cabal demonstração de que os Ministros não atendem ao Presidente José Sarney. O Ministro Pedro Simon não respeita o Presidente Sarney. Há um governo paralelo, reuniões ministeriais na casa do Dr. Ulysses Guimarães, que posa para a Nação de dedo em riste falando com o Presidente da República. S. Exª está literalmente amarrado, literalmente conduzido, presionado, escravizado

pelo PMDB de São Paulo principalmente, que detêm o comando da política econômica, financeira, trabalhista, relações exteriores e monetarista do País.

Sr. Presidente, retrocesso — e aí chamo a atenção do Deputado José Mendonça de Moraes — é a eleição de Fernando Henrique Cardoso em São Paulo, que fará a chancela eleitoral, a ditadura partidária, a ditadura econômica, a ditadura política de Ulysses Guimarães, tutor do Governo da Nova República, que já existe, a pequena e minimiza a figura do Presidente da República, transbordando para a opinião Pública nacional a impressão de que José Sarney é o Montoro do Planalto, por sua tibieza, claudicância ou falta de autoridade.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a vitória de Jânio Quadros em São Paulo é fundamental para rasgar a camisa-de-força, romper as algemas, é retirar a mordada do Presidente Sarney e para dar liberdade aos políticos do PMDB, do PDT, do PT, da Frente Liberal ou do PDS de outros Estados, que estão percebendo que São Paulo, através do PMDB, quer impor à Federação uma ditadura. Se conseguirmos, não sabemos qual será o desfecho deste momento e deste fato histórico.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Sobre a mesa comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

E lida a seguinte

Brasília, 11 de novembro de 1985

Senhor Presidente,

Nos termos do § 1º do art. 10 do Regimento Comum, tenho a honra de comunicar a V. Exª, para os devidos fins, que esta Liderança deliberou propor a substituição do nobre Senador José Lins, pelo nobre Sr. Senador Aderbal Jurema, na Comissão Mista do Congresso Nacional que dará parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 1985, que "estende à justiça de paz os direitos, vantagens e garantias dos juizes temporários"

Aproveito a oportunidade para renovar os protestos da mais alta estima e distinta consideração. — Senador **Marcondes Gadelha**, Vice-Líder do PFL, no exercício da Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Será feita a substituição solicitada.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — A Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 18 horas e 30 minutos, neste plenário, destinada à discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1981 (nº 2.031/79, na origem), vetado totalmente pelo Senhor Presidente da República, que acrescenta inciso ao art. 649 do Código de Processo Civil, para tornar impenhorável o imóvel hipotecado ao Sistema Financeiro de Habitação.

O SR. PRESIDENTE (Lomanto Júnior) — Em atendimento ao disposto no § 2º do art. 29 do Regimento Comum, não havendo em plenário o número previsto no art. 28, a Presidência declara encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 53 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	 Cr\$	3 000
Ano	 Cr\$	6 000
Exemplar avulso	 Cr\$	50

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	 Cr\$	3.000
Ano	 Cr\$	6.000
Exemplar avulso	 Cr\$	50

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal — Agência PSCEGRAF, Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília — DF
CEP 70.160

SEGURANÇA NACIONAL

Lei nº 7.170, de 14-12-83

- Texto da Lei com minucioso índice temático
- Quadro comparativo (Lei nº 7.170/83 — Lei nº 6.620/78)
- Notas
- Histórico (tramitação legislativa) da Lei nº 7.170/83
- Subsídios para a elaboração da Lei nº 7.170/83

Edição — 1984
Preço = Cr\$ 10.000

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas (Senado Federal — 22º andar).

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal, a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Atende-se também pelo reembolso postal.

CEP: 70160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 82

Preço:
Cr\$ 5.000,00

Está circulando o nº 82 (abril/junho de 1984) da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal. Este número, com 420 páginas, contém as seguintes matérias:

- Os métodos de solução pacífica de controvérsias internacionais: tendências recentes
Antônio Augusto Cançado Trindade
- Justiça social e interpretação no direito brasileiro
Haroldo Valladão
- Revogada a Constituição de 1967 — breve comentário a uma decisão do STF
Rubem Nogueira
- Parlamentarismo ou democracia?
Eduardo K. M. Carrion
- Aspectos do federalismo norte-americano
Torquato Lorena Jardim
- O direito da crise
Arnoldo Wald
- O desprestígio das leis
Eduardo Silva Costa
- O Parlamento brasileiro e o problema do menor abandonado
Paulo de Figueiredo
- Pena de morte e colônias correccionais
Paulino Jacques
- Processo político e participação
Carlos Antônio de Almeida Melo
- Voto distrital e os Partidos Políticos
David V. Fleischer

- Inconstitucionalidade de fusão e incorporação de Partidos Políticos
Celso Bastos
- A Missão Inglesa de 1924
Mircea Buescu
- Gestão de empresa com participação de seus empregados
(Carta federal — art. 165, inciso V)
José Martins Catharino
- Trabalhador brasileiro no estrangeiro
Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena
- Movimento sindical de trabalhadores rurais e a modernização da agricultura brasileira
Vilma Figueiredo
- Anotações ao Código da Propriedade Industrial (arts. 1º a 58 — Patentes)
Nuno Tomaz Pires de Carvalho
- O Direito Penal Econômico e os crimes contra a propriedade industrial
Eleonora de Souza Luna
- Titularidade da obra intelectual
Antônio Chaves
- Direito de autor e interesse público nos países em desenvolvimento
Carlos Alberto Bittar

* Assinatura para 1985 (nºs 85 a 88): Cr\$ 48.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomendas mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal.
Atende-se, também, pelo reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00